

# A economia enfrenta uma guerra psicológica?

» JOSÉ MATIAS-PEREIRA

*Economista, advogado, doutor em ciência política, pós-doutor em administração, é professor de administração pública e pesquisador associado do programa de pós-graduação em contabilidade da Universidade de Brasília (UnB)*

Como é sabido, economia e política andam juntas. Quando a primeira vai mal, produz efeitos devastadores no campo político, ameaçando os detentores do poder. Nesse sentido, o cenário econômico e político começou a ganhar novos contornos com os argumentos utilizados pela presidente Dilma Rousseff, no pronunciamento feito em rede nacional no fim de 2013. No discurso, ela ressalta a falta de confiança de empresários, atribuída por ela a uma “guerra psicológica”.

Diante desse cenário, torna-se oportuno fazer a seguinte pergunta: o Brasil vive uma “guerra psicológica” que está provocando a falta de confiança de empresários, e por decorrência, afetando o desempenho da economia?

Observa-se no teor do discurso uma postura defensiva da governante, na qual estão presentes argumentos ideológicos que, na essência, tentam imputar, desde já, responsabilidades a atores difusos pelos problemas que a economia brasileira vem enfrentando. Tendo como referência o pleito eleitoral de outubro de 2014, a mandatária busca distorcer um cenário econômico, social e político preocupante, gerado pela própria incompetência do governo e dos políticos no poder.

É relevante destacar que os argumentos usados no discurso fazem parte da ideologia

e dos mecanismos de argumentação do modelo bolivariano, que vêm sendo testados nos governos da Venezuela e da Argentina, para confundir a sociedade e viabilizar a manutenção dos atuais dirigentes políticos no poder. O que está ocorrendo nos dois países vizinhos é conhecido de todos: crescimentos econômicos pífios, utilização de mecanismos para camuflar a inflação, contabilidade criativa, controle da imprensa, controle de preços e desabastecimento, erosão das instituições, entre outros. O que já está acontecendo no Brasil, em relação a essas distorções assinaladas, não é mera coincidência.

O modelo bolivariano que o partido político da atual governante esforça-se em implantar no Brasil é uma cópia do populismo do passado, com nova roupagem. É um modelo com forte viés intervencionista do Estado na economia. Os resultados são conhecidos: níveis pífios de crescimento da economia.

Os efeitos mais danosos da implantação desse modelo decorrem da adoção de políticas econômicas inconsistentes, em particular, as políticas fiscal, monetária e cambial. O continuado baixo desempenho da economia, a piora das contas públicas, a elevação do déficit externo, o aumento da inflação e as medidas criativas para tornar mais palatáveis as contas públicas, entre outras, levam a

um aumento do descrédito das autoridades econômicas, prejudicando a imagem do país e gerando crescente desconfiança dos investidores no ambiente de negócios.

Os ideólogos desse modelo, com vista a aumentar o nível de popularidade do governante, defendem a geração do aumento de consumo privado, por meio de transferências e elevação dos gastos públicos. O mais importante, sob o prisma do modelo bolivariano, é a permanência do partido no poder. Do ponto de vista político, trata-se de uma visão pragmática para alcançar os seus objetivos: sacrificar as instituições, que são as bases de sustentação da economia de mercado e da democracia.

Registre-se, nesse sentido, que a ilustre presidente, ao comparecer a evento promovido em dezembro de 2013 pelo partido político a que está vinculada, para defender os presos “políticos” do mensalão, afrontando a instituição Poder Judiciário, estava sendo coerente com essa ideologia ultrapassada e perigosa para a democracia no Brasil.

Tendo como pano de fundo esse cenário inquietante, os eleitores contribuintes terão que decidir, nas eleições de outubro de 2014, as mudanças que desejam para o Brasil: retroceder para o modelo bolivariano ou avançar rumo ao desenvolvimento, apoiado num Estado democrático de direito.